

NOTA DE ABERTURA

O “milagre” dos 2.1% de défice orçamental

1. Afirmámos sempre, ao longo de 2016, que Portugal iria finalmente registar nesse ano um défice orçamental claramente abaixo dos 3% e que esse estava longe de ser o problema maior da nossa economia, embora fosse um objectivo que manifestamente não podíamos falhar. Não falhámos e importa reconhecer que o resultado final é bem melhor do que o previsto pela generalidade dos analistas e das organizações de referência em matéria de previsões macroeconómicas (na última Conjuntura admitíamos, também, um valor rondando os 2.5%).

Não houve nisso nenhum “milagre” e embora para o conseguir, o Governo tivesse renunciado a uma boa parte dos seus objectivos eleitorais e de Programa do Governo, houve mérito na gestão das nossas finanças públicas e caberia à Comissão Europeia e a todos aqueles que consideravam que o país iria falhar as metas e reivindicavam Planos B e C, reconhecer o seu erro de avaliação.

2. Três factores foram determinantes para a expressiva redução do défice – que ficou abaixo do valor inscrito no próprio O.E. para 2016 – a saber: o programa de regularização das dívidas ao fisco e à segurança social (PERES), o controle da despesa corrente primária (também ela abaixo do valor orçamentado) e a contracção do investimento público, que caiu cerca de 30% em 2016 comparativamente ao ano anterior, atingindo um mínimo histórico. Destes o que se afigura de consequências negativas para a economia é, precisamente, este último. Esta queda e a frágil retoma do investimento privado transformaram a previsão para o investimento (FBCF) do O.E. para 2016, mantida no Programa de Estabilidade 2016/2016, de um crescimento de 4.9% numa descida de 0.3%, agravando novamente o diferencial face aos anos que antecederam a crise e aumentado o valor acumulado da contracção do investimento iniciado com a aplicação do Memorando de Entendimento acordado com a «troika» (o investimento, em volume, representa hoje cerca de 60% dos valores registados no início deste século).

Por isso aqueles que são os dois principais problemas da nossa macroeconomia e que são: por um lado, o montante da dívida e os custos daí resultantes para o O.E. (via juros a pagar) e por outro, o fraco crescimento da nossa economia não dão sinais de entrarem numa trajectória satisfatória, até porque os seus comportamentos interligam-se. Sem investimento (público e privado) não é viável iniciar um novo ciclo de crescimento sustentado o qual, claramente, deve situar-se acima dos 2% reais e sem esse crescimento económico o peso da dívida, mesmo com saldos primários positivos dificilmente deixará de aumentar (salvo com uma inflação muito superior à actual).

3. O O.E. anti-cíclico de 2016 provocou uma clara desaceleração na evolução da procura interna (que cresceu apenas 1.4%, ou seja abaixo dos valores de 2015) e, ao mesmo tempo, impediu a economia de ganhar quota de mercado no exterior, ou seja de aumentar as exportações em volume acima da chamada procura externa relevante da economia portuguesa. Como também temos dito o comportamento considerado exemplar das nossas exportações assenta numa falácia: tem sido feito em grande medida à custa da evolução dos preços relativos dos produtos importados e exportados (ou seja, das “razões de troca” da nossa economia) e, nem sequer porque estejamos a subir na cadeia de valor daquilo que exportamos (como seria isso possível com o investimento em queda?), mas devido à baixa dos preços das importações, sobretudo, na componente matérias-primas e com destaque para o preço do petróleo.

Quanto à diversificação das exportações para novos mercados e a um aumento da nossa quota de mercado nos principais mercados de destino a evolução registada vai mesmo no sentido contrário ao desejado (por exemplo o peso das exportações portuguesas para a U.E. aumentou em 2016). Assim, o saldo positivo da nossa balança de bens e serviços em 2016 ficou a dever-se à variação dos preços (desde o início da crise e da anunciada «prioridade ao sector exportador», apenas em 2013 Portugal registou um saldo em volume da balança comercial ligeiramente positivo) e ao comportamento do turismo na balança de serviços (sendo de referir que, apesar do aumento destas receitas em 2016, as exportações de serviços desaceleraram, diminuindo o seu contributo para o saldo da balança de bens e serviços).

4. Neste quadro, as visões optimistas, quando não eufóricas sobre a evolução da nossa economia e as previsões para o futuro devem ser bastante refreadas, seja em termos de médio prazo (anunciando o reequilíbrio das contas públicas com crescimento robusto da economia), seja mesmo nos anos de 2017 e 2018 (com cumprimento quase assegurado das novas metas orçamentais e aceleração do crescimento).

Por um lado, porque existe uma elevada incerteza quanto à evolução dos factores externos que interferem com a economia do nosso país e, em especial, em relação aqueles que permitem manter o custo da dívida em valores que, embora elevados e penalizadores do crescimento, são minimamente sustentáveis e, por outro, porque continuam por resolver muitos dos problemas estruturantes da nossa competitividade.

Como sabemos parte do problema não depende das políticas de governação do país: resultam das orientações comunitárias e da evolução da economia internacional; sendo que, outra parte, depende de facto da vontade (ou falta dela) reformista do país e de o governo ter a capacidade de ultrapassar uma “maioria política” centrada em objectivos de curto prazo e de conjuntura e conseguir criar uma “maioria política e social” assente em grandes objectivos de médio prazo, suportados numa estratégia integrada para o nosso país.

5. Como também temos manifestado desde início, o Tratado Orçamental actualmente em vigor na U.E. fixa um conjunto de metas absurdas, que bloqueiam o crescimento da Europa e impedem países como Portugal de sair do “ciclo da austeridade intermitente” em que vivemos. Ao exigir que coloquemos o saldo estrutural em 0.25%, continuando a suportar o peso dos juros da dívida pública e bloqueando a possibilidade de haver investimento público estruturante, é a competitividade e o crescimento do país que ficam congelados. A questão das dívidas públicas na zona euro continua a ser um problema por resolver refém da política de compras de títulos no mercado por parte do BCE (que está aliás a desacelerar prevendo-se para 2018 alterações mais substanciais que podem fazer disparar os juros dos países mais endividados).

Assim, querer que, simultaneamente, Portugal prossiga com uma política ambiciosa de reequilíbrio orçamental (Bruxelas confrontada com o resultado da execução orçamental do país em 2016, duvida agora que a tendência se mantenha em 2017) e que enfrente com êxito o problema de um crescimento endémico, não é certamente uma postura séria; mesmo considerando o papel das políticas nacionais na reconfiguração do nosso perfil competitivo.

Do mesmo modo, também, uma postura assente numa visão da situação do país em que se considera que o principal está feito e agora é só esperar os resultados que virão no futuro próximo é inaceitável. Na verdade continuamos a navegar demasiado à vista, sem uma visão estratégica consolidada para a nossa economia e para um conjunto de áreas infraestruturantes, sem uma verdadeira reforma do Estado, que o ajuste aos desafios de uma nova economia emergente, e que lhe dê capacidade de alavancagem de muitos projectos de eficiência colectiva em que a cooperação público-privada é fundamental, e que altere os tempos de decisão por parte das entidades públicas que, em geral, é hoje incompatível com a realidade actual das economias.

Também um programa contemplando os grandes investimentos públicos para a década e que obtenha um consenso político alargado se afigura essencial, assim como a necessidade de que a resposta aos novos desafios de uma economia em mudança acelerada se faça com um reforço do diálogo social e com o empenho do Governo em obter um Acordo/Pacto Social para a próxima década, que garanta crescimento e inovação na economia sem perda de coesão social e com uma partilha justa de custos e de resultados, ou seja com uma distribuição de riqueza menos desigual e menos polarizada.

I - SITUAÇÃO INTERNACIONAL

1. O panorama internacional mantém-se sem alterações significativas, caracterizado por um crescimento global moderado a par de um desempenho pouco dinâmico das economias mais desenvolvidas.

As projecções do FMI, de Janeiro, mantiveram as previsões para o crescimento do produto mundial de 3,1% para 2016 e de 3,4% para 2017, sem qualquer alteração face às previsões de Outubro, mas reviram em +0,1 ponto percentual (p.p.) o crescimento do produto nas economias avançadas para 2017, passando para 1,9%, depois de um crescimento estimado em 1,6%, no passado ano. Para a Zona Euro manteve-se a estimativa de crescimento de 1,7% para 2016 e aumentou para 1,6% (+0,1 p.p. que nas projecções de Outubro) a previsão de crescimento para 2017, suportado em igual revisão nas projecções para o crescimento da Alemanha (agora de 1,5% para 2017) e da Espanha (para 2,3% em 2017), ainda que contrariado pela revisão em baixa (-0,2 p.p.) da projecção para o crescimento do produto italiano (agora de apenas 0,7% em 2017). Para Portugal a projecção de crescimento do PIB do FMI, passou para 1,3% para 2017, +0,2 p.p. do que a projecção de Outubro, e abaixo das últimas projecções do Banco de Portugal, de Março, que apontam para um crescimento de 1,8% em 2017.

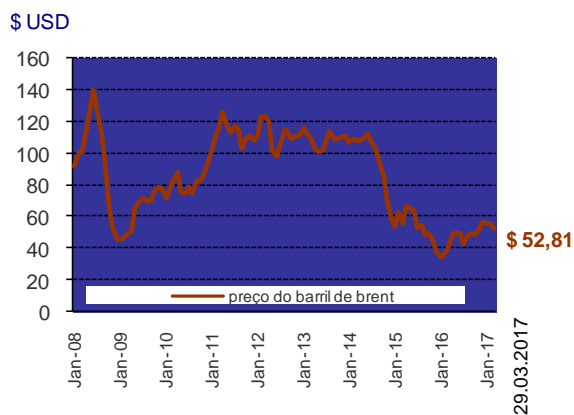
Para o conjunto dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento as projecções de crescimento foram revistas em baixa mas em apenas -0,1 p.p., para 4,1% em 2016, e para 4,5% em 2017. Em termos globais assinala-se a revisão em alta (+0,3 p.p.) no crescimento da China, para 6,5% em 2017, e dos mercados com alguma relevância para o comércio internacional com Portugal, assinalamos a revisão em baixa (-0,3 p.p.) do crescimento do produto do Brasil, para apenas 0,2% em 2017.

A projecção do crescimento do comércio mundial de bens e serviços manteve-se nos 3,8% para 2017, apesar de ter sido revisto em -0,1 p.p. o crescimento do comércio internacional nas economias avançadas.

2. Sobre o desempenho mais recente da actividade económica na UE, segundo os últimos resultados do PIB do Eurostat, divulgados em Dezembro, **assistiu-se ao longo de 2016 a uma estabilização do crescimento moderado do PIB, com uma variação homóloga de 1,7%, na Zona Euro, e de 1,9% na UE28, no 4º trimestre do ano. Em simultâneo assistiu-se a uma desaceleração do ritmo de crescimento do emprego**, cuja variação homóloga desacelerou para 1,1%, na Zona Euro e para 1% na UE28, no quarto trimestre do ano (compara com 1,2% e com 1,1%, respectivamente, no 3º trimestre de 2016 e com 2% na Zona Euro e 2,1% na UE28, no 4º trimestre de 2015).

A inflação anual em Fevereiro foi de 2% na Zona Euro e de 1,9% na UE28, tendo acelerado 2 pontos percentuais acima da inflação no mês de Janeiro e ficando mais distante da situação de deflação ligeira de há um ano atrás. No conjunto dos países da UE a inflação mais elevada registou-se na Bélgica com uma inflação anual de 3,3% e a mais baixa foi de 0,3% na Irlanda.

Evolução mensal do preço do Petróleo



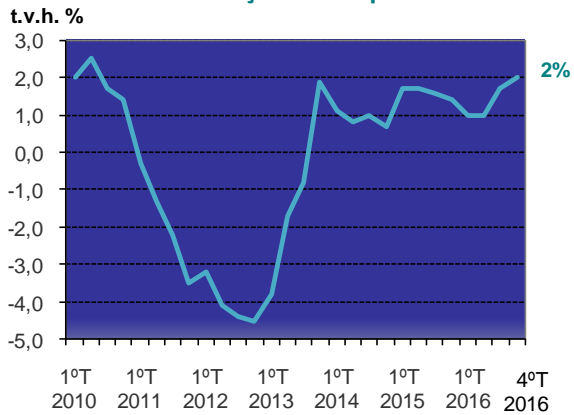
Fonte: Investing.com

As últimas projecções do Eurosistema, publicadas em Março, perspectivaram um crescimento anual do PIB na Zona Euro de 1,8% para 2017, de 1,7% para 2018 e de 1,6% para 2019, pressupondo que se manterão as condições favoráveis à procura interna, bem como prevendo que se manterá a orientação muito acomodaticia da política monetária do BCE. Por outro lado prevêm um fortalecimento das exportações da Zona Euro, suportadas pela retoma do comércio mundial e pelo anterior enfraquecimento da taxa de câmbio do euro. Face à recente subida do preço do petróleo, a inflação foi revista em alta, para 1,7% em 2017 e 2018. As previsões para as taxas de juro de curto prazo mantiveram-se inalteradas, apenas foram revistas em alta (10 pontos base) as taxas de juro de longo prazo.

3. A tendência ascendente do preço do petróleo iniciada em 2016 parece ter-se mantido nos três primeiros meses do corrente ano, antevendo-se a continuação de sua recuperação gradual ao longo de todo. O preço do barril de "brent" terá ascendido a \$52,81 no mês de Março. Já para os preços das matérias-primas não energéticas mantêm-se as perspectivas de uma tendência de moderado crescimento ao longo de 2017, de acordo com os pressupostos das projecções do Eurosistema.

II - ECONOMIA PORTUGUESA

Evolução do PIBpm



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais 01/03/2017

crescimento da procura interna para 1,5% em 2016, por comparação com os 2,5% no ano anterior, traduz sobretudo a inversão da trajectória do investimento que se reduziu 0,9% face a 2015, quando nesse ano tinha já aumentado 4,6%, bem como o abrandamento do consumo privado para 2,3% (face aos 2,6% em 2015). O saldo externo de bens e serviços foi em 2016 de 1,2% do PIB, superior ao saldo de 2015 (0,7% do PIB), em resultado do efeito dos ganhos nos termos de troca.

No que se refere à evolução da economia ao longo do passado ano, no 4º trimestre voltou a verificar-se uma aceleração no crescimento do PIB, o que permitiu chegar-se ao crescimento do conjunto do ano, superior ao que se perspectivara nas projecções económicas.

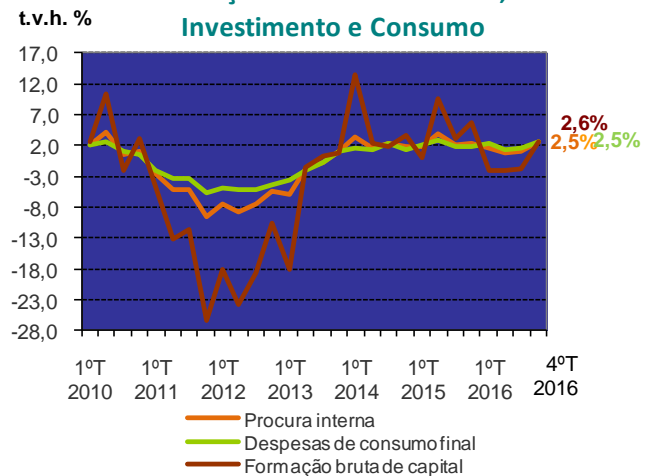
O crescimento homólogo do PIB no último trimestre do ano, de 2%, compara com variações homólogas de 1,7% no 3º trimestre de 2016 e de 1,4%, no 4º trimestre de 2015, tendo beneficiado sobretudo da aceleração do crescimento do consumo privado e do investimento e também das exportações, ainda que parcialmente contrariado pelo maior crescimento das importações.

A aceleração do crescimento da procura interna para 2,5% no 4º trimestre (compara com variações homólogas de 1,1% no 3º trimestre de 2016 e com 2,4% no 4º trimestre de 2015) resultou da aceleração do consumo privado para um aumento de 3,1% (compara com 1,9% quer no 3º trimestre de 2016, quer no 4º trimestre de 2015) e da inversão na trajectória do investimento que, contrariamente aos decréscimos registados nos três anteriores trimestres de 2016, registou um crescimento de 2,6% no último trimestre do ano (compara com -1,8% no 3º trimestre de 2016 e com 5,8% no 4º trimestre de 2015). A variação homóloga do consumo público manteve-se em 0,5%, igual à registada no 3º trimestre de 2016.

Produto, Procura Interna e Procura Externa

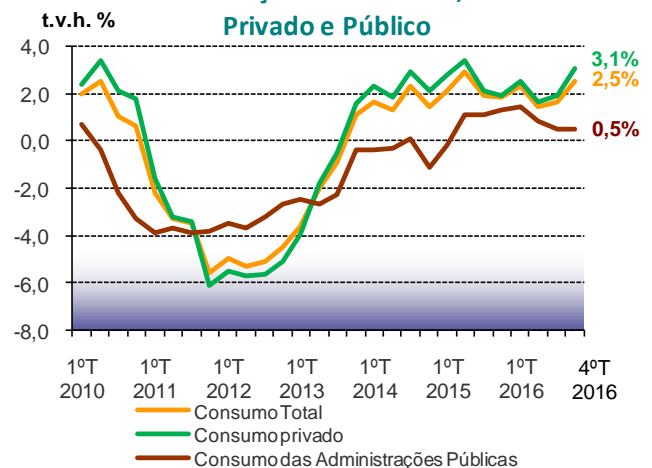
Em 2016, a economia portuguesa cresceu 1,4%, segundo os resultados das Contas Nacionais do 4º trimestre de 2016, abaixo do crescimento de 1,6% verificado em 2015, mas acima do que faziam antever as previsões dos vários organismos nacionais e internacionais. Para o crescimento do PIB em 2016 a procura interna contribuiu com 1,5 pontos percentuais (p.p.), bastante inferior aos 2,6 p.p. com que contribuíra para o crescimento do PIB em 2015, enquanto a procura externa líquida teve ainda um ténue contributo negativo, de -0,1 p.p. (mas menos negativo do que em 2015: -1 p.p.), com as exportações e as importações a crescerem ao mesmo ritmo: +4,4% do que em 2015. De salientar que a forte desaceleração do

Evolução da Procura Interna, Investimento e Consumo



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 01/03/2017

Evolução do Consumo, Privado e Público

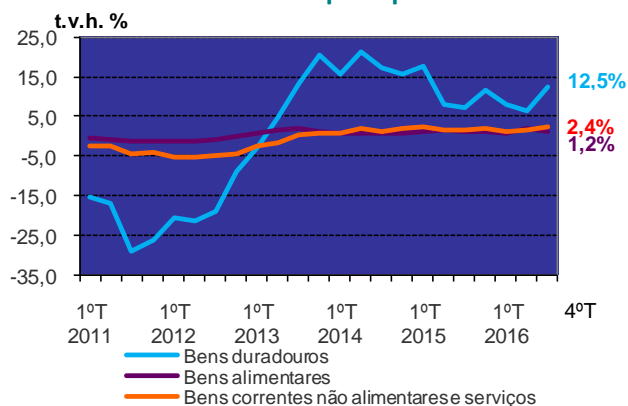


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 01/03/2017

A maior dinâmica do consumo privado ficou a dever-se sobretudo ao crescimento mais intenso, de 12,5%, da despesa de consumo final em bens duradouros (compara com 6,2% no 3º trimestre de 2016 e 7,2% no 4º trimestre de 2015), com o forte contributo da componente de aquisição de automóvel, embora tenha também acelerado para 2,2% o consumo de bens não duradouros (compara com 1,5% no 3º trimestre de 2016 e com 1,4% no 4º trimestre de 2015).

Já o crescimento do investimento ficou a dever-se sobretudo ao crescimento da formação bruta de capital fixo em construção de 1,7% (compara com -3,4% no 3º trimestre de 2016), embora tenha tido também o contributo muito positivo da formação bruta de capital fixo em equipamento de transporte que cresceu 15,3% (0,6% no 3º trimestre de 2016). A formação bruta de capital fixo em produtos de propriedade intelectual também acelerou, enquanto que a variação homóloga da formação bruta de capital fixo em outras máquinas e equipamentos, de 6,9%, se manteve semelhante à variação no 3º trimestre de 2016 (7%).

Evolução das despesas de consumo final das famílias residentes por tipo de bens

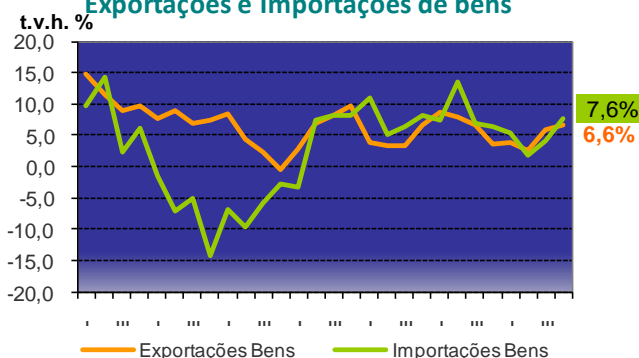


Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 01/03/2017

Do lado do comércio internacional, no último trimestre de 2016 o crescimento das exportações voltou a acelerar para 6,4% (compara com 5,6% no 3º trimestre e com 3,7% no 4º trimestre de 2015), estimulado tanto pelas exportações de bens que aumentaram 6,6% (face aos 5,8% no 3º trimestre e 3,5% no 4º trimestre de 2015), como pelas exportações de serviços, que aumentaram 5,9% (compara com 5% no 3º trimestre e com 4,2% no 4º trimestre de 2015) com o forte contributo do crescente desempenho do turismo.

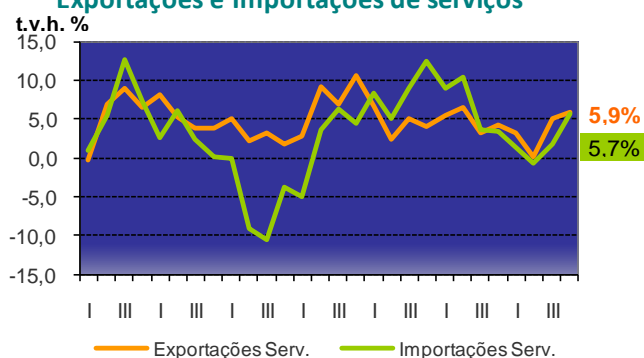
Contudo também o crescimento das importações acelerou, para 7,3%, impulsionadas tanto do lado das importações de bens, com um aumento homólogo de 7,6%, como, de forma muito intensa, do lado das importações de serviços, que aumentaram 5,7%, resultando um balanço global ainda negativo para o crescimento do PIB, correspondente a um contributo da procura externa líquida de -0,6 p.p., para a variação homóloga do PIB no último trimestre do passado ano.

Exportações e Importações de bens



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 01/03/2017

Exportações e Importações de serviços



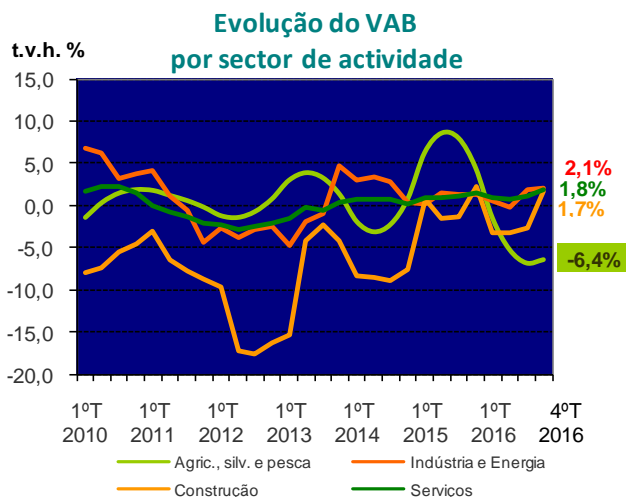
Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais, 01/03/2017

É ainda de assinalar que no 4º trimestre de 2016, contrariamente aos restantes trimestres do passado ano, se verificou uma perda nos termos de troca, em resultado do aumento de 0,3% do deflador das importações de bens e serviços a par do ligeiro decréscimo de -0,1% do deflador das exportações de bens e serviços.

Finalmente, assistiu-se em termos nominais a uma redução do Saldo Externo de Bens e Serviços para 0,7% do PIB (compara com 1,7% do PIB no 3º trimestre e com 1,1% no 4º trimestre de 2015).

Sectores de Actividade

Em termos sectoriais é de destacar, em consonância com a informação sobre o investimento, a evolução positiva do VAB do sector da **Construção**, o qual, depois de sucessivos decréscimos ao longo de 2016, apresentou um crescimento homólogo de 1,7% no último trimestre (compara com -2,6% no 3º trimestre e com 2,2% no 4º trimestre de 2015).

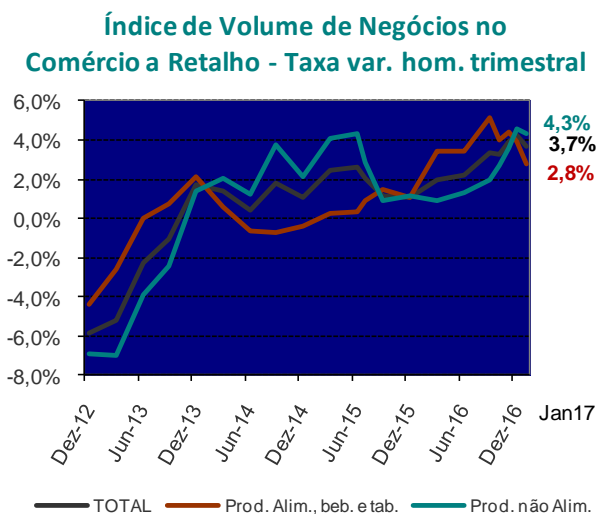


No sector da **Indústria** o crescimento homólogo do VAB manteve-se em 1,4%, semelhante ao registado no 3º trimestre (mas abaixo dos 2,4% registados no 4º trimestre de 2015), enquanto o sector da **Energia** apresentou uma ligeira aceleração com um crescimento homólogo no VAB de 5,1% (compara com 4,2% no 3º trimestre e com -4% no 4º trimestre de 2015). No sector da **Agricultura, silvicultura e pesca**, a revisão nos dados das Contas Nacionais Trimestrais, decorrente nomeadamente da incorporação dos dados das Contas Económicas da Agricultura, revelou uma evolução afinal desfavorável ao longo de todo o passado ano, com uma variação homóloga de -6,4% no VAB do 4º trimestre (compara com -6,8% no 3º trimestre e com 4,2% no 4º trimestre de 2015).

Finalmente no sector dos **Serviços** assistiu-se a uma aceleração no crescimento do respectivo VAB no 4º trimestre, para 1,8% (compara com 1,1% no 3º trimestre e com 1,4% no 4º trimestre de 2015).

Os ramos do Comércio, Reparação de veículos e Alojamento e Restauração, mantiveram-se no seu conjunto os mais dinâmicos a par do sector dos transportes, com um crescimento homólogo de 4,4% no VAB, para o qual contribui o desempenho muito positivo do turismo, enquanto o VAB dos Outros Serviços cresceu apenas 0,7% (compara com 0,7% no 3º trimestre e com 2% no 4º trimestre de 2015). O VAB do sector dos Transportes e Armazenagem voltou a evoluir favoravelmente acelerando para um crescimento homólogo de 4,4%, enquanto o VAB das Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias voltou a diminuir, com uma variação homóloga de -0,7% (compara com -1,5% no 3º trimestre e com 0,1% no 4º trimestre de 2015).

No comércio a retalho, a evolução da variação homóloga trimestral do índice do volume de negócios foi crescente até Dezembro de 2016, tendo voltado a desacelerar, para 3,7% no trimestre terminado em Janeiro do corrente ano



(compara com 4,3% no trimestre terminado em Dezembro de 2016 e com 0,1% no trimestre terminado em Janeiro de 2016). Por outro lado, se em 2016 foi o retalho de produtos alimentares, bebidas e tabaco o mais dinâmico, desde Dezembro que a situação se alterou, passando a ser o retalho de produtos não alimentares a componente mais dinâmica do Comércio Retalhista.

Do mesmo modo, tanto no comércio automóvel como no comércio por grosso a evolução da variação homóloga trimestral dos respectivos índices de volume de negócios (a partir do índice de volume de negócios dos serviços) foi também sempre crescente a partir de meados de 2016, apenas desacelerando no trimestre terminado em Janeiro do corrente ano.

Em termos agregados, a variação homóloga trimestral do índice do volume de negócios do conjunto do sector dos serviços (excluindo o comércio a retalho) foi também crescente ao longo de 2016, com uma variação de 6% no trimestre terminado em Janeiro de 2017 (compara com 7,1% no trimestre terminado em Dezembro de 2016 e com -4,5% no trimestre terminado em Janeiro de 2016).

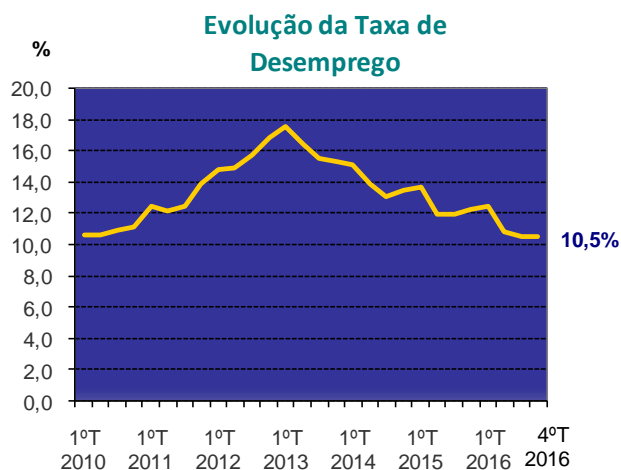
A recuperação no sector dos serviços mantém-se distinta nos vários ramos de actividade dos serviços, sendo de salientar que desde Dezembro de 2016 os sectores das Atividades jurídicas e de contabilidade e de consultoria para os negócios e a gestão apresentaram variações homólogas trimestrais positivas, de 2,3% e 6,6%, nos trimestres terminados em Dezembro e em Janeiro, respectivamente, depois de meses sucessivos com evoluções negativas. Também o Transporte Aéreo e as Agências de viagem, operadores turísticos e outros serviços voltaram em Janeiro a registar acréscimos no respectivo índice de volume de negócios (variações homólogas trimestrais de 6,5% e de 2,5%, respectivamente).

Comércio e manutenção Automóvel, Alojamento, Restauração e similares e Comércio por grosso mantêm-se muito dinâmicos (variações homólogas trimestrais de 18,1%, 15,7%, 9,8% e 6,3%, respectivamente). Pelo contrário, as actividades de Publicidade (-20,2%), as actividades de investigação científica e de desenvolvimento (-6,6%) e a Consultoria e programação informática e actividades relacionadas (-1,4%), mantiveram-se até ao final do passado ano sempre com variações negativas, prolongando-se essa situação há mais de dois anos.

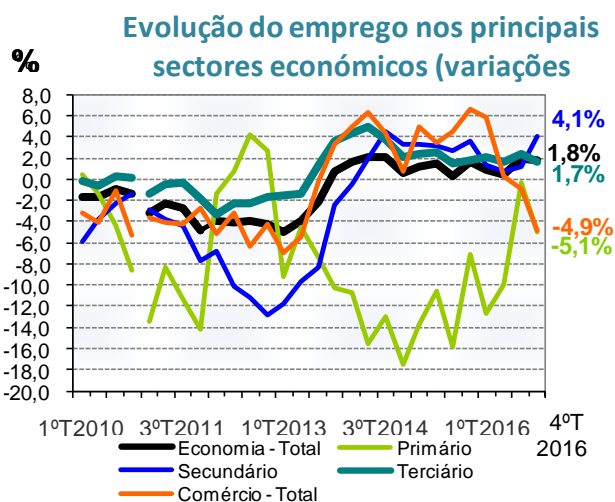
Mercado de Trabalho

Em 2016 o volume de emprego aumentou 1,2%, praticamente mantendo o ritmo de crescimento registado no ano anterior (1,1%). Em contrapartida o número de desempregados decresceu 11,4%, tendo-se reduzido a taxa de desemprego para 11,1%, face aos 12,4% registados em 2015.

O emprego cresceu em 2016 com o contributo do sector dos serviços que cresceu 1,9% (um acréscimo de 60 mil indivíduos), abaixo dos 2% registados em 2015, e com o contributo do sector da indústria, energia e construção, cujo crescimento homólogo foi também de 1,9% (correspondente a um acréscimo de 20,7 mil indivíduos) e também abaixo do acréscimo de 3,2% registado em 2015. O sector da Agricultura e Pesca contribuiu negativamente para a evolução do emprego, já que o seu volume de emprego se reduziu 7% (menos 24,1 mil indivíduos), ainda que o efeito tenha sido menor do que no ano de 2015 em que o decréscimo foi de 12%.



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego 4ºT 2016



FONTE: INE, Inq. ao Emprego - 4ºT2016

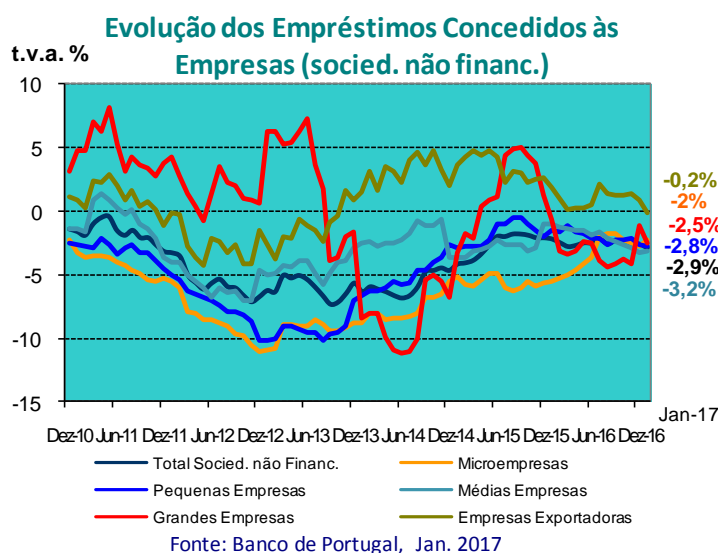
No que se refere às oscilações do mercado de trabalho ao longo do ano, enquanto no primeiro semestre se assistiu a um abrandamento no crescimento do emprego, no segundo semestre voltou a recuperar-se o ritmo a que o emprego crescia no último trimestre de 2015. O aumento homólogo do emprego foi de 1,8% no 4º trimestre de 2016, com o emprego da Indústria, energia e construção (+4,1%) e dos Serviços (+1,8%) a crescer e o da Agricultura e Pesca a diminuir (-5,1%). No último trimestre de 2016 o número de desempregados continuou a diminuir, tanto em termos homólogos (-14,3%), como face ao trimestre anterior (-1,1%), tendo ascendido a 543,2 mil indivíduos. A taxa de desemprego de 10,5%, manteve-se igual à do 3º trimestre e abaixo dos 12,2% registados no 4º trimestre de 2015.

No sector do comércio o emprego ao longo de 2016 seguiu uma trajectória desfavorável, primeiro a crescer cada vez menos e a partir do 3º trimestre a decrescer, chegando ao 4º trimestre com uma variação homóloga de -4,9% (compara com -1% no 3º trimestre de 2016 e com +6,6% no 4º trimestre de 2015). A situação mais desfavorável começou por se manifestar no comércio grossista, mas no 4º trimestre também o emprego do comércio retalhista

apresentou um decréscimo homólogo de 4,9%. No sector automóvel o emprego diminuiu 2,7% no 3º trimestre mas voltou a registar um aumento homólogo de 2,2% no último trimestre de 2016.

A evolução negativa verificada no emprego do comércio, nos dois últimos trimestres de 2016, não teve ainda reflexo na evolução do respectivo desemprego, o qual totalizou cerca de 83 mil indivíduos no 4º trimestre, mantendo-se ainda alguma desconexão entre a evolução verificada no emprego e as variações registadas no desemprego do sector. Com efeito, no último trimestre do passado ano, registou-se uma redução homóloga de 12,8% no número de desempregados que antes trabalhavam no comércio, mobilizada sobretudo pela redução homóloga de desempregados que antes trabalhavam no comércio grossista e no comércio e manutenção automóvel, já que o número de desempregados que antes trabalhavam no comércio retalhista quase não se alterou face ao registado no 4º trimestre de 2015.

Financiamento das empresas



As condições de financiamento das empresas permaneceram difíceis ao longo de todo o passado ano e mantiveram-se restrições significativas à concessão de crédito às empresas. A evolução dos empréstimos concedidos às empresas pelo sector financeiro manteve-se negativa ao longo do ano de 2016, prolongando-se nessa trajectória, em Janeiro do corrente ano. Registou-se uma única excepção: os empréstimos concedidos às empresas exportadoras, os quais tiveram associadas variações anuais homólogas positivas entre 0,2% e 2,1% ao longo dos diversos meses de 2016, ainda que em Janeiro de 2017 a variação homóloga tenha já sido marginalmente negativa: de -0,2%.

Por outro lado a percentagem de empresas com crédito vencido manteve-se também muito elevada: 27,5% das empresas devedoras de empréstimos têm crédito vencido, ao qual está associado um rácio de crédito vencido de quase 16,1%, percentagens que se acentuam quanto menor for a dimensão das empresas.

A partir dos resultados do Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito em Portugal, de Janeiro do corrente ano, realizado pelo Banco de Portugal, e referente ao 4º trimestre de 2016, os 5 grupos bancários incluídos na amostra relataram que os critérios de concessão de crédito ao sector privado não financeiro se mantiveram estáveis no último trimestre do ano, ainda que algumas das instituições tenham mencionado que as pressões exercidas pela concorrência terão contribuído para uma ligeira redução da restritividade na concessão de crédito. Por outro lado, também foi reportado uma estabilização na procura de empréstimos por parte das empresas no último trimestre de 2016.

Para o primeiro trimestre de 2017, a generalidade das instituições inquiridas não antecipa alterações significativas nem nos respectivos critérios de aprovação de crédito ao sector privado não financeiro, nem na procura desses mesmos empréstimos por parte das empresas.

Evolução das contas públicas

O saldo provisório das Administrações Públicas (AP) até ao final de Dezembro de 2016 (Óptica da Contabilidade Pública) correspondeu a um défice de 4.255,7 milhões de euros, um défice inferior em 496,8 milhões de euros, face ao apurado em igual período do ano anterior, segundo os dados divulgados pela Direcção-Geral do Orçamento (DGO).

A evolução favorável face ao ano anterior, decorreu de um ritmo de crescimento da receita (2,7%) superior ao da despesa (1,9%), ainda que tanto a receita como a despesa tenham crescido bastante menos do que o previsto no OE2016 (5% e 5,6%, respectivamente).

A receita efectiva cresceu face a 2015, apenas do lado da receita corrente (+3,1%), já que a receita de capital decresceu 12,2% (quando o OE2016 previra um aumento de 23%). A receita fiscal cresceu 2,4% face ao anterior, suportada no aumento homólogo de 6,6% nos impostos indirectos (aquém dos 7,7% previstos no OE2016), já que os impostos directos tiveram um decréscimo homólogo de 2,1% (superior ao decréscimo de 1,2% previsto no OE2016). As contribuições para a Segurança Social tiveram um aumento homólogo de 4,4%, coincidente com o orçamentado, enquanto as outras receitas correntes cresceram 6,7%, quase metade do que fora orçamentado (12,9%).

Do lado da despesa só aumentou a despesa corrente, com a despesa de capital a registar um decréscimo homólogo de 5,2%, quando o OE2016 previra um crescimento de 18,1%. Só o Investimento registou um decréscimo homólogo de 9,9% quando fora orçamentado para 2016 um aumento homólogo de 12%. A despesa corrente, com um crescimento de 2,4%, também aumentou menos do que o orçamentado (+4,8%), apesar do aumento das despesas com pessoal (+3,6%) ter sido superior ao crescimento previsto no OE2016 (2,3%). Todas as restantes rubricas da despesa corrente aumentaram menos do que o orçamentado.

O saldo primário de 4028,9 milhões de euros, ficou 1125,8 milhões de euros acima do que fora previsto no OE2016 e 747,3 milhões de euros acima do registado em 2015.

Por subsectores das AP, o menor défice global registado em 2016, face a 2015, teve o contributo da melhoria dos excedentes da Segurança Social (em mais de 522 milhões de euros) e da Administração Local e Regional (em quase 88 milhões de euros), mas também pelo défice inferior dos Serviços e Fundos Autónomos (em quase 437 milhões de euros). Só o Estado apresentou um défice superior ao registado em 2015 (em 550,4 milhões de euros), com o contributo sobretudo de um maior montante em despesas com pessoal (+281,4 milhões de euros do que em 2015) e de um maior montante em juros e encargos (+283,9 milhões de euros do que em 2015).

Na óptica da Contabilidade Nacional e de acordo com os dados do INE divulgados em 24 de Março, em 2016 o saldo das AP foi de -2,1% do PIB (-4,4% em 2015).

Em Janeiro de 2017 a execução orçamental das Administrações Públicas (Óptica da Contabilidade Pública) registou um excedente de 624,8 milhões de euros, 396,8 milhões de euros abaixo do excedente registado em Janeiro de 2016, e em Fevereiro passou a registar um défice acumulado de 18,9 milhões de euros, agravando-se 150,7 milhões de euros, face ao excedente que se registou no período homólogo.

(Relatório concluído a partir da informação disponível até 29 de Março de 2017)

Perspectivas de Evolução da Economia Mundial

(valores de variação do PIB)

	2016 (estimativa)	2017 (projecção)
Economia mundial	3.1	3.4
Países avançados	1.6	1.9
E.U.A.	1.6	2.3
Japão	0.9	0.8
Zona Euro	1.7	1.6
Alemanha	1.7	1.5
França	1.3	1.3
Itália	0.9	0.7
Espanha	3.2	2.3
Reino Unido	2.0	1.5
Países emergentes	4.1	4.5
China	6.7	6.5
Índia	6.6	7.2
Rússia	-0.6	1.1

Economia Portuguesa

Quadro Síntese

Taxas de variação homólogas (em volume, quando aplicável)

Indicadores	4º Trimestre 2016		4º Trimestre * 2015		
PIB (Produto Interno Bruto)	2.0		1.4	(1.3)	
VAB agricultura	-6.4		4.5	(5.6)	
VAB indústria e energia	2.1		1.2	(0.7)	
VAB construção	1.7		2.2	(3.5)	
VAB serviços	1.8		1.4	(1.2)	
Índices de Volume de Negócios	Trimestre terminado em:		Trimestre terminado em:		
- na Indústria	Dez 2016	Jan 2017	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2015
	3.2	8.9	-2.2	-2.0	(-2.2)
- no Comércio a Retalho (exclui o sector automóvel)	Dez 2016	Jan 2017	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2015
	4.3	3.7	1.1	0.1	(1.2)
- nos Serviços	Dez 2016	Jan 2017	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2015
	7.1	6.0	-4.5	-3.9	(-3.7)
Procura Interna	2.5		2.4	(2.1)	
Investimento (FBC)	2.6		5.8	(2.4)	
Consumo das Famílias	3.1		1.9	(2.1)	
IPC	Dez 2016	Fev 2017	Dez 2015	Fev 2016	Dez 2015
- Variação homóloga (mensal)	0.88	1.55	0.40	0.40	(0.40)
- Variação média dos últ. 12 meses	0.61	0.75	0.49	0.64	(0.49)
Exportações	6.4		3.7	(2.3)	
- Bens	6.6		3.5	(2.2)	
- Serviços	5.9		4.2	(2.7)	
Importações	7.3		6.0	(4.3)	
- Bens	7.6		6.4	(5.0)	
- Serviços	5.7		3.3	(0.1)	
Desemprego (Taxa de)	10.5%		12,2%	(12,2%)	
Taxa de Juro de empréstimos a sociedades não financeiras (em %, média ponderada)	Dez 2016	Jan 2017	Dez 2015	Jan 2016	Dez 2015
	2.76%	3.12%	2.98%	3.59%	2.98%

*Os valores entre-parentesis correspondem aos números disponibilizados quando da preparação do número deste boletim referente ao 4º trimestre de 2015, alguns deles entretanto revistos pelo INE.

– CONJUNTURA ECONÓMICA –

4º Trimestre 2016

GABINETE DE ESTUDOS E PROJECTOS DA

CONFEDERAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PORTUGAL



CCP

CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Av. DOM VASCO DA GAMA nº 29
1449-032 LISBOA